



Prova Objetiva – Nível Superior

CURSO DE FORMAÇÃO 2016



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo quarenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- o **tempo mínimo de permanência** do candidato em sala, após o início da prova, deve ser de **1 hora**
- **em nenhum momento** da prova será permitido ao candidato **levar o caderno de questões**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Introdução à Fiscalização

1

De acordo com a Constituição Federal de 1988, prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) o conceito amplo de auditoria tem correlação com as técnicas de auditoria e por isso está previsto na Constituição Federal;
- (B) a Constituição Federal reforça mecanismos de controle social;
- (C) após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, houve necessidade de prestação de contas dos recursos públicos;
- (D) a afirmação refere-se ao conceito de *accountability*;
- (E) o Tribunal de Contas da União analisará todas as prestações de contas dos recursos concedidos pelo Poder Executivo.

2

Representa um rol de auditorias programadas que tem por finalidade dar cumprimento às competências legais e constitucionais do órgão/entidade:

- (A) planejamento das auditorias;
- (B) plano de auditoria;
- (C) programa de auditoria;
- (D) execução do trabalho de auditoria;
- (E) relatório de auditoria.

3

A pessoa do auditor deve seguir os princípios básicos da profissão, entre eles:

- (A) integridade, tempestividade e comportamento profissional;
- (B) competência, zelo profissional e confidencialidade;
- (C) cumplicidade, uniformidade e conduta impecável;
- (D) objetividade, conformismo e educação para com o auditor e o auditado;
- (E) zelo profissional, oportunidade e perfil investigativo.

4

O planejamento da auditoria é a etapa do trabalho no qual o auditor estabelece a estratégia geral dos trabalhos a executar na entidade a ser auditada. NÃO é considerado objetivo do planejamento de auditoria:

- (A) identificar a legislação aplicável à entidade;
- (B) identificar e solucionar os problemas potenciais da entidade;
- (C) estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames a serem efetuados;
- (D) obter conhecimentos das atividades da entidade, para identificar eventos e transações relevantes que afetem as demonstrações contábeis;
- (E) assegurar que as áreas importantes da entidade e os valores relevantes contidos em suas demonstrações contábeis recebam a atenção requerida.

5

Sobre a elaboração e a aplicação da entrevista, como uma técnica de auditoria, é correto afirmar que:

- (A) as entrevistas de coletas de dados classificam-se como: não estruturadas e estruturadas;
- (B) as modalidades e tipos de entrevista podem ser conduzidas por meio do contato direto, contato telefônico ou contato por correio (ou endereçamento eletrônico);
- (C) na entrevista de apresentação devem ser discutidos com o auditado o tempo e o cronograma de trabalho, a utilização de recursos do auditado (como espaço físico), transporte, apoio logístico e solicitação de documentos preliminares;
- (D) para uma consistente coleta de dados, é importante para os membros da equipe de auditoria acordar sobre os objetivos e escopo da auditoria, informações a serem obtidas, documentos a serem solicitados e o papel de cada membro da equipe no decorrer da entrevista;
- (E) no desenvolvimento da entrevista, utilizando-se a opção por questões abertas, deve-se estimular que o auditado forneça respostas objetivas do tipo dicotômicas: sim/não, verdadeiro/falso.

6

“O servidor que participar da fiscalização do Controle Interno deverá guardar sigilo sobre os dados e as informações obtidos em decorrência do exercício das suas funções, (...)”.

Trata-se, portanto, da observância ao princípio ético profissional da:

- (A) confidencialidade;
- (B) integridade;
- (C) independência;
- (D) eficiência;
- (E) imparcialidade.

7

Os contratos administrativos típicos diferenciam-se dos contratos privados, dentre outras características, pela:

- (A) finalidade pública como seu pressuposto;
- (B) presença de pessoas jurídicas como contratantes;
- (C) natureza do objeto;
- (D) imposição de cláusulas exorbitantes;
- (E) presença do Poder Público como parte contratante.

8

Trata-se uma deficiência específica diagnosticada como de Controle Interno:

- (A) o edital de licitação com falhas possíveis de reformulação;
- (B) a fragilidade no controle dos serviços, fazendo com que os contratos não sejam executados conforme pactuados;
- (C) a falta de pesquisa prévia de mercado na formalização da despesa;
- (D) a justificativa imprópria que dá margem à dispensa de licitação;
- (E) o sistema de processamento de dados ineficiente e arcaico.

9

De acordo com a Lei nº 8.666/93, são consideradas espécies de contratos administrativos, de acordo com o objeto e as particularidades do ajuste:

- (A) obras, alienações, parcerias público-privadas e consórcios;
- (B) alienações, participações, obras e compras;
- (C) serviços, obras, concessões e participações;
- (D) obras, serviços, compras e alienações;
- (E) compras, obras, permissões e participações.

10

Trata-se de prerrogativa do fiscal de contratos:

- (A) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
- (B) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);
- (C) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- (D) aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);
- (E) todas as respostas anteriores estão corretas.

11

Revisados e atualizados, sempre que as circunstâncias o exigirem, os programas de trabalho da auditoria devem ser formalmente preparados e estruturados, de forma a servirem como:

- (A) guia de execução de trabalhos, apenas;
- (B) guia e meio de controle de execução dos trabalhos;
- (C) meio de controle da execução dos trabalhos, apenas;
- (D) planejamento documentado da auditoria;
- (E) planejamento formalizado da auditoria.

12

As normas profissionais do auditor interno mencionam que ele, não obstante sua posição funcional, deve preservar sua autonomia profissional. Nesse caso, a norma equivalente para o auditor externo, se refere à(ao):

- (A) sua imparcialidade;
- (B) seu comedimento;
- (C) sua independência;
- (D) sua capacitação;
- (E) seu treinamento.

13

Entre os procedimentos de fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, NÃO está compreendida a seguinte modalidade:

- (A) acompanhamento;
- (B) representação;
- (C) inspeção;
- (D) análise;
- (E) auditoria.

14

Quando a denúncia ao Tribunal de Contas do Município for formulada por cidadão, é indispensável:

- (A) a prova de cidadania;
- (B) a cópia autenticada dos documentos do denunciante;
- (C) a qualificação e endereço do denunciado;
- (D) a constituição de advogado inscrito na OAB;
- (E) o direcionamento da petição ao auditor responsável.

15

A modalidade de licitação prevista na Lei nº 10.520/2002 é:

- (A) concorrência;
- (B) tomada de preços;
- (C) convite;
- (D) pregão;
- (E) regime diferenciado de contratação.

16

O Município de São Paulo necessita de pessoa jurídica de direito privado, com capital misto (público e privado), para a prestação de serviços públicos, nos padrões da iniciativa privada, de interesse da coletividade local, cuja autorização para sua criação se realizasse por lei específica. Diante disso, deverá ser instituída:

- (A) fundação;
- (B) autarquia;
- (C) empresa pública;
- (D) sociedade de economia mista;
- (E) agência reguladora.

17

A Controladoria Geral do Município é:

- (A) órgão;
- (B) entidade;
- (C) pessoa jurídica;
- (D) autarquia;
- (E) agência reguladora.

18

São critérios de julgamento válidos para a modalidade pregão:

- (A) melhor técnica e menor preço;
- (B) técnica e preço e menor preço;
- (C) menor preço e maior retorno econômico;
- (D) maior lance e menor preço;
- (E) menor preço e maior desconto.

19

Os pareceres que manifestam opinião sobre a conveniência e a oportunidade de se emanarem determinados atos são chamados de:

- (A) vinculantes;
- (B) obrigatórios;
- (C) de legalidade;
- (D) de mérito;
- (E) homologatórios.

20

Em relação às contas do Prefeito Municipal, é correto afirmar que seu julgamento:

- (A) é feito pelo Tribunal de Contas da União;
- (B) é feito pelo Tribunal de Contas do Município;
- (C) é feito pela Câmara Municipal;
- (D) depende de parecer prévio do Ministério Público do Estado de São Paulo;
- (E) deverá ser homologado pelo Poder Judiciário.

O processo no TCM

21

A fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo compreende os aspectos:

- (A) contábil, financeiro, político e institucional;
- (B) contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial;
- (C) financeiro, operacional, político e patrimonial;
- (D) patrimonial, financeiro, eleitoral, contábil e operacional;
- (E) orçamentário, criminal, financeiro, operacional e contábil.

22

São atribuições exclusivas do Tribunal Pleno:

- (A) apreciar as denúncias e representações e apreciar a concessão inicial de aposentadorias;
- (B) emitir parecer sobre as consultas e decidir os embargos de declaração de suas próprias decisões;
- (C) julgar as prestações de contas de despesas sob o regime de adiantamento e emitir parecer sobre as consultas;
- (D) emitir parecer sobre as consultas e apreciar as denúncias e representações;
- (E) emitir parecer sobre as consultas e apreciar atos de admissão de pessoal.

23

A apreciação dos contratos compreenderá:

- (A) aspectos formais, pertinência do objeto com o interesse público e economicidade;
- (B) aspectos formais, eficácia da contratação e avaliação da população;
- (C) aspectos materiais, financeiros e avaliação da população;
- (D) aspectos formais, aspectos discricionários e economicidade;
- (E) aspectos patrimoniais, avaliação da população e pertinência do objeto com o interesse público.

24

A fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo alcança atos praticados pelo:

- (A) Poder Executivo Municipal, compreendendo as Subprefeituras, pela Câmara Municipal, pelo Tribunal de Contas e pelas entidades da administração indireta do Município de São Paulo;
- (B) Poder Executivo Municipal, compreendendo as Subprefeituras, pela Assembleia Legislativa, pelo Tribunal de Contas e pelas entidades da administração indireta do Município de São Paulo;
- (C) Poder Executivo Municipal, excetuadas as Subprefeituras, pela Câmara Municipal, pelo Tribunal de Contas e pelas entidades da administração indireta do Município de São Paulo;
- (D) Poder Executivo Municipal, compreendendo as Subprefeituras, pelas entidades estrangeiras, pela Câmara Municipal e pelas entidades da administração indireta do Município de São Paulo;
- (E) Poder Executivo Federal, compreendendo as Subprefeituras, pela Câmara Municipal, pelo Tribunal de Contas e pelas entidades da administração indireta do Município de São Paulo.

25

São alguns dos requisitos para a nomeação como Conselheiro do Tribunal de Contas do Município:

- (A) mais de 45 anos de idade, reputação ilibada e notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;
- (B) mais de 35 anos de idade, reputação ilibada e aprovação em concurso público para o cargo de Conselheiro;
- (C) mais de 35 anos de idade, reputação ilibada e notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;
- (D) mais de 35 anos de idade, reputação ilibada e notórios conhecimentos jurídicos, de engenharia, de medicina e educação ou de administração pública;
- (E) mais de 45 anos de idade, reputação ilibada e notórios conhecimentos jurídicos, políticos, econômicos e financeiros ou de administração pública.

26

Em relação à medida cautelar, é correto afirmar que:

- (A) o despacho que a conceder não precisa apresentar os motivos;
- (B) pode ser concedida pelo Relator, que deverá submeter o despacho à apreciação do Plenário na primeira sessão extraordinária seguinte;
- (C) pode ser concedida pelo Relator, que poderá submeter, a seu critério, o despacho à apreciação do Plenário na primeira sessão ordinária seguinte;
- (D) poderá ser concedida pelo Secretário Geral e pelos Conselheiros;
- (E) pode ser concedida pelo Relator, que deverá submeter o despacho à apreciação do Plenário na primeira sessão ordinária seguinte.

27

Do parecer sobre as contas anuais do Prefeito, caberá pedido de:

- (A) reconsideração, no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo;
- (B) reexame, no prazo de 10 dias, sem efeito suspensivo;
- (C) reexame, no prazo de 10 dias, com efeito suspensivo;
- (D) reconsideração, no prazo de 10 dias, sem efeito suspensivo;
- (E) reexame, no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo.

28

Apontada pelos órgãos técnicos qualquer irregularidade sem indicação dos envolvidos em sua prática, será intimado:

- (A) o Prefeito Municipal ou o dirigente máximo da entidade municipal;
- (B) o ordenador da despesa ou o dirigente máximo da entidade municipal;
- (C) o procurador geral do município ou o dirigente máximo da entidade municipal;
- (D) o controlador geral do município ou o dirigente máximo da entidade municipal;
- (E) o agente público que instaurou o processo ou o dirigente máximo da entidade municipal.

29

Em relação à defesa nos processos do Tribunal de Contas do Município, é correto afirmar que:

- (A) as partes não poderão se defender no processo, sendo obrigatória a constituição de procurador;
- (B) o Município deverá nomear defensor dativo à parte que não tiver advogado constituído no processo;
- (C) a defesa técnica é condição de validade do processo;
- (D) as partes poderão ser representadas no processo por procurador legalmente habilitado;
- (E) as partes poderão obter acesso aos autos apenas após a prolação do julgamento.

30

No caso de indeferimento, pelo Conselheiro Relator, de requerimento formulado pela Procuradoria da Fazenda Municipal, ela poderá interpor:

- (A) agravo regimental retido;
- (B) pedido de reconsideração;
- (C) recurso ordinário;
- (D) pedido de reexame;
- (E) agravo de instrumento.

Técnicas de Comunicação Escrita

TEXTO 1 – COZINHEIRA COM EXPERIÊNCIA

Cozinheira experiente, Nina Horta apresenta receitas que, mesmo variando entre pratos simples e comidas mais sofisticadas, podem ser seguidas com facilidade pelas pessoas comuns. O principal ingrediente deste livro, porém, são as saborosas crônicas em que a autora fala sobre as implicâncias culinárias de cada um, os desastres do café da manhã, as comidas perversas e os pratos que consolam a alma, entre muitos assuntos ligados ao tema. (*Não é sopa*, Nina Horta, SP, Cia das Letras, 1995).

31

O texto 1 é um exemplo de texto de divulgação de um livro e, por isso, é natural a presença de destaques elogiosos à obra; entre os elogios abaixo, aquele que NÃO está presente no texto 1, é:

- (A) a experiência culinária da autora;
- (B) a variedade de pratos apresentados;
- (C) a clareza nas instruções dadas;
- (D) a indicação de pratos excelentes;
- (E) a seleção de pratos de comida natural.

32

O texto 1 diz ao leitor que “pessoas comuns” podem ler o livro com facilidade; entende-se por “pessoas comuns” aquelas que:

- (A) não são especialistas em culinária;
- (B) preferem comidas simples a sofisticadas;
- (C) possuem baixo poder aquisitivo;
- (D) residem em pequenas comunidades;
- (E) trabalham na produção de comida caseira.

33

A forma “mesmo variando” só NÃO pode ser adequadamente substituída por:

- (A) mesmo que varie;
- (B) embora variasse;
- (C) apesar de variar;
- (D) mesmo com a variação;
- (E) ainda que com variação.

34

O segmento inicial do Texto 1 – Cozinheira experiente – poderia ser adequadamente substituído por:

- (A) já que era cozinheira experiente;
- (B) por ser cozinheira experiente;
- (C) embora seja cozinheira experiente;
- (D) ainda que fosse cozinheira experiente;
- (E) sem ser cozinheira experiente.

35

O termo do texto 1 que foi substituído de forma inadequada é:

- (A) experiente / com experiência;
- (B) mais sofisticadas / com maior sofisticação;
- (C) com facilidade / sem dificuldade;
- (D) de cada um / individuais;
- (E) da manhã / matutino.

36

Muitos termos do texto se ligam a termos anteriores, criando coesão. O termo que NÃO se liga a nenhum termo do texto 1 é:

- (A) “Cozinheira experiente, Nina Horta apresenta receitas que...”;
- (B) “O principal ingrediente deste livro...”;
- (C) “...as saborosas crônicas em que a autora fala...”;
- (D) “...as saborosas crônicas em que a autora fala...”;
- (E) “...os pratos que consolam a alma”.

37

Entre os itens abaixo, aquele em que a ordem das classes de palavras é diferente dos demais é:

- (A) cozinheira experiente;
- (B) pratos simples;
- (C) pessoas comuns;
- (D) implicâncias culinárias;
- (E) principal ingrediente.

38

O nome dado ao livro de onde foi retirado o texto 1 é *Não é sopa*. Em linguagem popular, essa expressão equivale a:

- (A) não é caro;
- (B) não é incompreensível;
- (C) não é fácil;
- (D) não é raro;
- (E) não é agradável.

39

“pratos que consolam a alma” são aqueles que:

- (A) deliciam o paladar;
- (B) protegem a saúde;
- (C) são de rápida feitura;
- (D) não levam sal;
- (E) pertencem à cozinha vegetariana.

40

“comidas mais sofisticadas” são aquelas que:

- (A) custam mais caro;
- (B) possuem mais nutrientes;
- (C) não contêm carne;
- (D) mostram mais elaboração;
- (E) são mais modernas.

Realização

